



EDITAL SIMPLIFICADO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2025	DISPENSA Nº. 02/2025	TIPO: ELETRÔNICA
As propostas de preços e habilitação serão recebidas pelo e-mail licitacoes@queluzito.mg.gov.br no prazo e horário definidos conforme este preâmbulo.		
Data e prazo final para recebimento das Propostas: 08h00min do dia 24/01/2025.		
Objeto: Esta licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de uso hospitalar em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Queluzito – MG.		
Termo de referência, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial: www.queuluzito.mg.gov.br .		
Forma de Julgamento: Menor Preço UNITÁRIO.		
O Gestor do Contrato será: Bianca Souza Ferreira Albuquerque O Fiscal do Contrato será: Lucimeire Pereira da Silva.		
Endereço: Rua do Rosário, nº 04, Bairro Centro, Queluzito - CEP: 36.424-000 Horário de Funcionamento da Prefeitura: segunda à sexta das 08h00 às 17h00.		
Telefone: (31) 3722-1222	Telefax: (31)3722-1222	E-mail: licitacoes@queluzito.mg.gov.br

1. O MUNICÍPIO DE QUELUZITO - MG, com sede situada na Rua do Rosário, nº 04, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 19.718.410/0001-09, torna público para conhecimento dos interessados, que visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021 abre - se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de proposta de preço através de e-mail conforme prazos e horários determinados no preâmbulo.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos neste aviso de dispensa.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições desta Contratação Direta e seu (s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja



dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea – c - também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, **por meio do e-mail: licitacoes@queluzito.mg.gov.br**, com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estipulado neste aviso.

3.1.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrado o prazo de envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso do preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio de documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. Contiver vícios insanáveis;

4.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no termo de referência e seus anexos;

4.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso e seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:



4.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.6.2. Apresentar um ou mais valores da proposta de preço que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

4.7.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

4.7.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

4.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

4.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.9. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor.

4.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deste aviso deverão ser enviados juntamente com a proposta de preço, **através do e-mail: licitacoes@queluzito.mg.gov.br**.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos seguintes documentos:



5.3 DOCUMENTAÇÃO QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

01 - Comprovante de Identidade e CPF do Sócio administrador;

02 - Contrato Social da Empresa com sua última alteração, ou documento equivalente, o qual comprove o objeto da empresa e a titularidade do sócio gerente/Administrador/proprietário;

03 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da fazenda (CNPJ);

04 - Certidão Negativa de débito com a Secretária da Receita federal em conjunto com a dívida ativa da União;

05 - Certidão Negativa de débito com a Fazenda Estadual da sede do licitante proponente.

06 - Certidão Negativa de débito com a Fazenda Municipal da sede do licitante proponente;

07 - Certidão Negativa de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

08 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

09 - Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de validade de 90 dias contados da data de emissão.

10- Atestado de capacidade técnica emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado suficientes à comprovação da aptidão, para desempenho de atividade pertinente e compatível com objeto deste edital, na forma, da Lei Federal n.º 8.666/93

11 - Declaração de que não empregam menores de idade, em cumprimento ao estipulado no art. 27, inciso V da Lei nº 8.666/93 (vide anexo II);

12 - Comprovação de que a empresa licitante possui Autorização de Funcionamento (AFE), expedida pela ANVISA/MS, compatível com o objeto da presente licitação, conforme legislação própria.

13. Alvará Sanitário do licitante emitido pelo serviço de Vigilância Sanitária do município sede.

5.3.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.





I - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.4. O prazo de vigência da contratação é até 12 meses, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



7.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;
7.1.9. Fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo



administrativas necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.2. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF.

8.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



8.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.9. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.10.1. ANEXO I – Modelo de Proposta;

8.10.2. ANEXO II – Declaração.

8.10.3. ANEXO III – Termo de Referência.

Queluzito, 20 de janeiro de 2025.

Lúcia Helena Vieira da Costa Santos

Agente de Contratação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2025
DISPENSA Nº 02/2025
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

À Prefeitura Municipal de Queluzito – MG.
Ao Setor de Licitações.

Nome da Empresa/Pessoa Física _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP _____

CNPJ/CPF: _____ Insc. Estadual/PIS: _____

E-mail: _____ Telefone: _____

Pela presente, vimos propor os seguintes preços, observando as exigências necessárias contidas no respectivo edital para a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de uso hospitalar em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Queluzito – MG, nos moldes Termo de Referência e conforme quantitativos e especificações discriminadas abaixo:

Ordem	Quant.	UN.	Especificação	MARCA	Valor Unitário
1	5	UN	00000026118- PINÇA ANATOMICA 14CM EM AÇO INOX, COM 14 CM		
2	5	UN	00000037444- TESOURA CIRÚRGICA RETA, PONTA FINA, 12CM, PAR TESOURA CIRÚRGICA RETA, PONTA FINA, 12CM, PARA RETIRADA DE PONTOS, EM AÇO INOXIDÁVEL, CORTE PRECISO, ALTA DURABILIDADE, SUPORTA MAIOR NÚMERO DE AFIAÇÃO, ESTERELIZÁVEL EM AUTOCLAVE		
3	2	UN	00000031172- CABO BISTURI Nº 03		
4	4	UN	00000037445- TRAVESSEIRO HOSPITALAR IMPERMEÁVEL 40CM X 60C TRAVESSEIRO HOSPITALAR IMPERMEÁVEL 40CM X 60CM X 10CM		
5	4	UN	00000037446- ATA ÁCIDO TRICLOROACÉTICO COM 90ML 60%		
6	1	UN	00000037447- ÁCIDO NÍTRICO FUMEGANTE 60%, COM 10ML		
7	4	UN	00000030923- ALICATE DE CUTÍCULA EPONIQUEO 722 EM AÇO INOX AÇO INOXIDÁVEL, COTE PRECISO, ALTA DURABILIDADE, SUPORTA MAIOR NÚMERO DE AFIAÇÃO, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE.		
8	4	UN	00000030924- ALICATE PARA UNHA PONTA RETA, EM AÇO INOXIDÁVEL ALICATE PARA UNHA, PONTA RETA, PREMIUM, AÇO INOXIDÁVEL, 766, CORTE PRECISO, ALTA DURABILIDADE, SUPORTA MAIOR NÚMERO DE AFIAÇÃO, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE		
9	2	UN	00000037448- ÓLEO DE CRAVO 10ML PARA UNHA		
10	5	UN	00000030937- MANDRIL PARA RODAS E DISCO DE LIXAS FAVA PODO MANDRIL PARA RODAS E DISCO DE LIXAS FAVA PODO, MANDRIL		



			LONGO, MEDIDA PADRÃO INDICADA PARA MICROMOTOR, E MOTORES DE SUSPENSÃO		
11	4	UN	00000030951- COLA INSTANTÂNEA MULTIUSO DE ALTA RESISTÊNCIA <i>adere materiais porosos e não porosos 20g com pino metálico anti-entumimento.</i>		
12	4	UN	00000037449- ENUCLEADORA TAMANHO 2P, 2M, EM AÇO INOX, ESTE <i>ENUCLEADORA TAMANHO 2P, 2M, EM AÇO INOX, ESTERELIZÁVEL EM AUTOCLAVE</i>		
13	25	UN	00000026753- FIBRA DE MEMÓRIA MOLECULAR PODOLOGIANº18 <i>Pacotes com 3 unidades</i>		
14	20	UN	00000030930- FIBRA DE MEMÓRIA MOLECULAR <i>FIBRA DE MEMÓRIA MOLECULAR, USADO NA PODOLOGIA, Nº 02, PCT COM 3 UNIDADES</i>		
15	1	UN	00000037450- AZUL DE METILENO		
16	4	UN	00000037451- BANDAGEM/ ATADURA ELÁSTICA 5CM, TIPO COFLEX/ <i>BANDAGEM/ ATADURA ELÁSTICA 5CM, TIPO COFLEX/ VETRAP</i>		
17	12	UN	00000030932- GAZE TUBULAR, USADO NA PODOLOGIA <i>usado na podologia 16x26 com 20metros, fio 100%, largura e comprimento 1.5cm x20 metros, registro Anvisa /MS número 80778059005.</i>		
18	10	PCTE	00000026761- LIXA LAMINAR PARA PODOLOGIA GRAMATURA 100 <i>Pacote com 100 unidades</i>		
19	10	PCTE	00000026762- LIXA PLANTAR PARAPODOLOGIA GRAMATURA 80 <i>Pacote com 100 unidades</i>		
20	4	UN	00000037453- FITA BANDAGEM ELÁSTICA ADESIVA DE ROLO, FUNCIONAL <i>Fita bandagem elástica adesiva de rolo, funcional, fisioterapia, muscular esporte musculação/ evita lesões, resistentes a umidade</i>		
21	6	UN	00000030929- ÓLEO DE GIRASSOL ORGÂNICO ENRIQUECIDO <i>com ozônio (oxigênio ativo-03)</i>		
22	1	FRS	00000022603- ÁCIDO GLICÓLICO SOLUÇÃO AQUOSA 50% 30 ML		
23	4	UN	00000037454- CREME PARA HIDRATAÇÃO DA PELE E PREVENÇÃO DE <i>CREME PARA HIDRATAÇÃO DA PELE E PREVENÇÃO DE LESÕES CUTÂNEAS, APLICAÇÃO: CREME DE USO TÓPICO PARA HIDRATAÇÃO PROFUNDA DE PERNAS E PÉS DE PACIENTES ADULTOS, FRAGRÂNCIA SUAVE, ADSORÇÃO IMEDIATA SEM DEIXAR DEDOS E PÉS ÚMIDOS</i>		
24	6	UN	00000037455- POMADA DE PRÓPOLIS COM CALÊNDULA, 60 GR		
25	2	UN	00000037456- FIO AÇO VARETA REDONDO 014 X035, INOX, ESTERE <i>FIO AÇO VARETA REDONDO 014 X035, INOX, ESTERELIZÁVEL EM AUTOCLAVE, DIÂMETRO 0,40</i>		
26	4	UN	00000030943- PONTA DIAMANTADA PM 718, EM AÇO INOX, <i>esterilizável em auto clave.</i>		
27	6	UN	00000035080- BROCA FRESA CERAMICA 1571C <i>BROCA FRESA CERÂMICA 1571C, ULTRA FINA, FRESA FINAL ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE E ALTA QUALIDADE DE LIXAMENTO, ESTERELIZÁVEL EM AUTOCLAVE</i>		
28	4	UN	00000037457- ESCOVA DE ROBSON ROSA		





29	3	UN	00000026765- MICRO NUCLEAR NÚMERO 208 <i>Dados Técnicos: Instrumento não articulado, cortante, produzido em aço inox AISI 420 com 14 cm. Dimensão: Comprimento - 140 mm, Espessura cabo - 5 mm, Diâmetro das pontas - 1,8 mm Funcionalidade - Instrumento utilizado para retirada de calosidade.</i>		
30	2	UN	00000037458- INDICADOR TESTE QUÍMICO PARA AUTOCLAVE 250UM		
31	200	UN	00000029031- SONDA FOLEY Nº18 2 VIAS		
32	100	UN	00000029032- SONDA FOLEY Nº20 2 VIAS		
33	200	UN	00000037459- GELCO DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA, 22 <i>GELCO DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA, ESTÉRIL, Nº22</i>		
34	200	UN	00000037460- GELCO DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA, 24 <i>GELCO DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA, ESTÉRIL, Nº24</i>		
35	6	UN	00000037462- SUPORTE PARA SORO - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, <i>SUPORTE PARA SORO - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO DA ESTRUTURA: PINTURA EM EPÓXI, TIPO: PORTÁTIL E ALTURA REGULÁVEL, RODÍZIOS: COM RODÍZIOS, PÉS: 5 PÉS C/ CAPA PROTETORA EM POLÍMERO, GANCHOS: 4 GANCHOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APOIO PARA LOCOMOÇÃO,</i>		
36	80	UN	00000037463- CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, RECORTÁVEL <i>CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, RECORTÁVEL. COMPOSTO DE TECIDO DE CARVÃO ATIVADO IMPREGNADO COM PRATA Prensado entre duas camadas de Rayon/PoliAmida. TAMANHO: 10 X 20CM. PRODUTO ESTÉRIL.ENVELOPE COM 01 (UMA) UNIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE ACIMA DE 12 MESES. MARCA: CURATEC OU COLOPLAST</i>		
37	300	UN	00000037464- CURATIVO TELA EMULSÃO DE PETROLATUM, NÃO ADER <i>CURATIVO TELA EMULSÃO DE PETROLATUM, NÃO ADERENTE.COMPOSTA POR UMA MALHA DE ACETATO DE CELULOSE (RAYON) DE ALTA QUALIDADE, UMECTADA COM UMA EMULSÃO DE PETROLATUM DERIVADA DE UMA MISTURA DE HIDROCARBONETOS EXTRAÍDA DE ÓLEOS MINERAIS.TAMANHO: 7,6 X 20,3 CM. PRODUTO ESTÉRIL.ENVELOPE COM 01 (UMA) UNIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE ACIMA DE 12 MESES. MARCA: CURATEC OU COLOPLAST</i>		
38	250	UN	00000037465- SORO FISIOLÓGICO SISTEMA FECHADO. EMBALAGEM D <i>SORO FISIOLÓGICO SISTEMA FECHADO. EMBALAGEM DE 250 ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL DE SÓDIO A 0,9%, USADO PARA REPOSIÇÃO DE ELETRÓLITOS.USO ADULTO E PEDIÁTRICO.EMBALAGEM DE POLIPROPILENO E TRANSPARENTE.VALIDADE ACIMA DE 12 MESES.SORO FISIOLÓGICO SISTEMA FECHADO. EMBALAGEM DE 250 ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL DE SÓDIO A 0,9%, USADO PARA REPOSIÇÃO DE ELETRÓLITOS.USO ADULTO E</i>		



			PEDIÁTRICO. EMBALAGEM DE POLIPROPILENO E TRANSPARENTE. VALIDADE ACIMA DE 12 MESES.		
39	250	UN	00000037466- SORO FISIOLÓGICO SISTEMA ABERTO. EMBALAGEM DE SORO FISIOLÓGICO SISTEMA ABERTO. EMBALAGEM DE 250 ML. COM BICO GOTEJADOR. SOLUÇÃO DE SÓDIO A 0,9%, USADO PARA LIMPEZA DE FERIMENTOS, LAVAGEM DE VIAS NASAIS E HIDRATAÇÃO. VALIDADE ACIMA DE 12 MESES.		
40	50	PAR	00000037461- LUYA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, Nº6, ESTÉRIL, LUYA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, Nº6, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, PAR		
41	50	UN	00000037474- ÓLEOS ESSENCIAIS PARA DIFUSOR 10ML CADA; NAS ÓLEOS ESSENCIAIS PARA DIFUSOR 10ML CADA; NAS FRAGRÂNCIAS CRAVO, ALECRIM, EUCALIPTO, LAVANDA, HORTELÃ PIMENTA, CANELA		
42	25	UN	00000037475- DIFUSOR DE AMBIENTES DIFUSOR DE ÓLEO ESSENCIA DIFUSOR DE AMBIENTES DIFUSOR DE ÓLEO ESSENCIAL ULTRASSÔNICO: ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA O DIFUSOR DE AROMATERAPIA POSSUINDO RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM GRANDE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 A 700 ML. QUE UMIDIFIQUE O AR SECO		
43	1	PCTE	00000037476- SEMENTE DE MOSTARDA PRETA PARA AURICULOTERAPI SEMENTE DE MOSTARDA PRETA PARA AURICULOTERAPIA PACOTE COM 500 GRAMAS		
44	20	UN	00000037528- SUPORTE METAL PARA COLETOR DE PAPELÃO 13 LITR DESCARPACK SUPORTE PARA PAPELÃO DE 13 LITROS; - FABRICADO EM ARAME TIPO BTC; - ACOMPANHA PARAFUSO E BUCHAS PARA FIXAÇÃO NAS PAREDES; - OS SUPORTES PARA COLETORES PERFURO CORTANTES SÃO DESENVOLVIDOS NO TAMANHO ADEQUADO PARA SUA PRECISÃO; - PODE SER USADO SOB UMA BANCADA OU FIXADO NA PAREDE; COR: BRANCO.		

OBSERVAÇÕES:

Condições de recebimento: provisória até a regular conferência dos produtos, seus quantitativo e especificações constantes na Nota de Autorização de Fornecimento e respectiva Nota Fiscal.

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA QUE ASSINARÁ, CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE;

Nome:

CPF:

RG:

Nacionalidade:

Estado Civil:



PREFEITURA DE
QUELUZITO
Uma cidade para todos!



Endereço residencial:

Profissão:

Cargo que ocupa na empresa:

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante da empresa

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2025

DISPENSA Nº 02/2025

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa/pessoa física _____, inscrita no CNPJ n.º ou CPF _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto neste processo de dispensa, sob as penas da lei:

Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021, III do art. 5º da Constituição Federal;

Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Local e data.

Assinatura
Cargo